

A memória da formação docente em Campos dos Goytacazes: o caso da Escola Normal (1947-1954)

Memory of teacher education in Campos dos Goytacazes: the case of “Escola Normal” (1947-1954)

Fernanda Serafim Agum*

Este trabalho busca “remontar” uma parte da trajetória de uma instituição pública de formação docente de grande relevância para a cidade de Campos dos Goytacazes e toda a região Norte Fluminense, a Escola Normal, que funcionava anexa ao Liceu de Humanidades de Campos, no período de 1947 a 1954. Esse período foi escolhido devido à mudança curricular decorrente da Lei Orgânica do Ensino Normal, promulgada pelo Governo Federal em 2 de janeiro de 1946. A metodologia utilizada englobou a busca de fontes oficiais primárias e a história oral, com o objetivo de compor novos documentos e recuperar memórias acerca da Instituição. Dessa forma, pudemos, por meio das lembranças das ex-alunas entrevistadas, saber um pouco mais sobre o cotidiano da escola, os saberes, os mestres, entre outros, na visão das pessoas que por ali passaram parte de sua vida.

Palavras-chave: Formação docente. Escola Normal. História oral.

This paper aims at reviewing part of the history of a public institution of teacher education of great importance for the city of Campos dos Goytacazes and the northern region of Rio de Janeiro State – the “Escola Normal”. The methodology involved the search of primary official sources as well as oral history in order to make up new documents and retrieve memories about the institution. Through the recollections obtained in interviews with former students, we learned more about the school daily life, the academic program, the teachers, among others, in the view of people who spent most of their lives in such institution.

Key words: Teacher training. Escola Normal. Oral History.

Introdução

Com a implantação da República no Brasil, a concepção liberal irradiou-se pelas políticas e pelo pensamento educacional da época. A educação era vista como a salvação da nação, um instrumento que levaria o Brasil ao progresso, à evolução social. Além disso, era pela educação que se formaria o “verdadeiro” cidadão republicano. A alfabetização foi considerada elemento indispensável para a participação política e democrática no

* Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro *campus* Macaé, Pós-Graduada em Literatura, Memória Cultural e Sociedade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense *campus* Campos-Centro, aluna do Mestrado em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, Brasil. E-mail: fernanda.agum@gmail.com.

novo regime. Em consequência disso, houve um crescimento significativo do número de escolas primárias, o que fez crescer também o número de escolas normais para a formação docente.

Na década de 1890, principalmente em São Paulo, a reforma do ensino começou pela reforma da Escola Normal, já que, segundo a concepção republicana, para haver uma mudança efetiva no ensino primário, eram necessários novos professores. Estes, então, passaram a ser vistos como essenciais para a formação do povo; eles eram os responsáveis pela reforma da sociedade, portadores de uma missão cívica e patriótica. O sucesso da nova escola, pretendida pelos idealizadores da República, dependia, então, desses profissionais, formados de acordo com os ideais republicanos (SOUZA, 1998, p. 27).

A primeira Escola Normal do Brasil foi aberta em Niterói, província do Rio de Janeiro, em 1835 (VILLELA, 1992, p. 18). Porém, as escolas normais do Brasil só tiveram êxito a partir de 1870, passando até esse momento, por processos de criação e extinção (TANURI, 2000, p. 55).

A Escola Normal de Campos foi a segunda instituição pública e oficial de formação de professores do Estado do Rio de Janeiro, e a primeira em toda a região Norte Fluminense. Criada em 1894, atraía alunos de diversas localidades do Estado (MARTINEZ, 2004, p. 12). Essa Instituição, que funcionou durante sessenta anos como escola anexa ao Liceu de Humanidades de Campos, foi, nesse período, construindo uma cultura escolar¹ e uma identidade próprias, o que pretendemos desvendar nesta pesquisa. Em 1955 passou a constituir, junto ao Grupo Escolar Saldanha da Gama e ao Jardim de Infância José do Patrocínio, o Instituto de Educação de Campos.

O texto visa apresentar resultados da pesquisa intitulada “A memória da formação docente em Campos dos Goytacazes: o caso da Escola Normal (1947-1954)”, que ocorreu dos anos de 2004 a 2006, no âmbito de uma pesquisa de Iniciação Científica financiada pela FAPERJ. Essa investigação constituiu parte do projeto “Escola Normal de Campos: uma trajetória na formação de professores no Norte Fluminense (1894-1954)”, desenvolvido no Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem (LEEL), do Centro de Ciências Humanas (CCH), da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), e coordenado pela professora Silvia Alicia Martinez.

Escolhemos, para essa proposta, trabalhar com o conceito de cultura escolar, acreditando que o estudo da cultura de uma instituição é relevante para entendermos o desenvolvimento desta e para analisar como o passado de uma instituição se mostra ao presente. Além disso, pretendemos entender como, através da análise de depoimentos decorrentes de lembranças individuais, podemos compreender a formação da

¹ Julia (2001) nos diz que a cultura escolar pode ser definida como: “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão e a incorporação desses conhecimentos... normas e práticas não podem ser analisados sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores...” (p.40). JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. SBHE, Campinas: Autores Associados, n° 1, jan/jun, 2001.

memória social, a memória comum dos grupos, que passa de geração a geração.

Assim, nosso objetivo é desvendar a cultura específica produzida na Escola Normal de Campos, que só poderá ser apreendida se levarmos em conta as particularidades dessa instituição – suas práticas, saberes, suas normas – o que fez com que se tornasse uma instituição com valor específico no meio social campista (AGUM, 2006, p. 12).

Justificamos o período enfatizado por esta fase da pesquisa – 1947 a 1954 – devido à mudança curricular decorrente da Lei Orgânica do Ensino Normal, promulgada em 1946, e que estabeleceu diretrizes gerais para todos os estados brasileiros, consagrando um modelo de ensino normal para todo o país. Também foi a primeira vez que o Governo Federal se ocupou do ensino normal, uma vez que anteriormente a essa lei, toda a responsabilidade por esse nível de ensino ficava a cargo dos estados (ROMANELLI, 2005, p. 48). Em decorrência da Lei Orgânica do Ensino Normal, a Escola Normal de Campos passou a ministrar um curso de 2º ciclo, com duração de três anos, e adotou o nome “Curso Normal”.

Para a realização desta pesquisa, em primeiro lugar buscamos subsídios em trabalhos relativos à história da cidade de Campos dos Goytacazes, assim como nos que analisam a história da educação brasileira e da profissão docente no período estudado e na legislação correspondente.

Em relação às fontes utilizadas, foram usadas fontes primárias: documentos escolares referentes ao período, tais como históricos escolares, atas dos exames de admissão ao Curso Normal, diplomas de ex-alunas, convites de formatura e iconografia encontrados no Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades (AHLHC) e no Arquivo do Instituto Superior de Educação Aldo Muylaert (ISEPAM), locais que ainda hoje resguardam documentos referentes à Escola Normal.

Também utilizamos neste trabalho a metodologia da história oral, que pelos depoimentos individuais de pessoas que participaram do momento em que nos interessamos em pesquisar, possibilita o esclarecimento dessas trajetórias individuais, ou seja, permite a reconstrução da história pela visão daqueles que a vivenciaram (DELGADO, 2003, p. 25). A prática da história oral possibilita uma visão mais particularizada da cultura escolar, uma vez que advém de memórias individuais dos depoentes. A pesquisa com fontes orais tem como base pontos de vista puramente individuais, o que remete à subjetividade dos indivíduos e a suas emoções. Além disso, através da história oral, é possível remontar aspectos do cotidiano que não poderiam ser elucidados de outra forma, a não ser por pessoas que estiveram presentes a esses acontecimentos e que ajudaram a construí-los (AMADO; FERREIRA, 1996, p. 46).

Utilizamos, para o aprofundamento teórico sobre a relação entre memória e história, os conceitos de Le Goff (1984, p. 102), que vê o uso das biografias individuais pela ciência história como uma conversão do olhar histórico, acrescentando que essa “nova história” tem o objetivo de alargar e aprofundar a história científica. Segundo esse autor, a memória é o antídoto do esquecimento, uma fonte de imortalidade. A

memória faz crescer a história, e esta a alimenta, procurando salvar o passado para servir o presente e o futuro.

Sobre os depoimentos orais individuais, Ecléa Bosi (2003, p. 15) reflete sobre sua importância para dar voz aos sujeitos que, muitas vezes, são excluídos da visão histórica. Diz assim, que o depoimento individual é um valioso instrumento para quem deseja construir a “crônica do cotidiano”, uma vez que a história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, é incapaz de dar conta das “paixões individuais” que estão por detrás dos episódios. Assim, essa autora enfatiza que um dos grandes méritos dos depoimentos orais é revelar o desnível existente entre a experiência vivida e a história documentada, já que eles fazem emergir uma visão de mundo.

Dessa forma pudemos, pelos relatos das ex-alunas entrevistadas, documentar diversos registros, impossíveis de serem respondidos com a escassa documentação encontrada: a importância que o Liceu tinha (e tem) para os seus alunos, a admiração deles para com o educandário, sua percepção a respeito dos seus professores e dos saberes ministrados pela instituição, as brincadeiras feitas pelos discentes no cotidiano escolar, entre muitas outras coisas.

Breves notas da cultura escolar da Escola Normal de Campos: entre memórias e documentos escolares

Nas entrevistas feitas com as ex-alunas², abordamos assuntos como: exame de admissão, uniforme escolar, mestres e saberes, prédio do Liceu e profissão docente. A partir deste momento, iremos expor, com mais detalhes, as falas das entrevistadas com relação a esses temas, além de tentarmos relacioná-los com os documentos oficiais encontrados nos arquivos.

Mediante a análise dos documentos institucionais e dos depoimentos dados pelas entrevistadas, vimos que para entrar na Escola Normal os alunos deveriam prestar um exame de admissão. Esses exames eram constituídos de provas orais e escritas, de diversas disciplinas específicas. Ainda assim, a escola atraía um grande número de alunos, que vinham pela sua boa fama de melhor colégio público de Campos. Muitos deles faziam cursos preparatórios em instituições particulares ou estudavam em suas casas, com professores particulares, para depois prestarem o exame de admissão para a Escola Normal.

² Foram feitas três entrevistas com ex-alunas do Curso Normal: uma entrevista individual, com uma ex-aluna que esteve no Curso Normal no ano de 1954 a 1956 e que estudou no prédio do Liceu de Humanidades por apenas um ano, mudando-se juntamente com o Curso Normal para o Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert, em 1955; duas entrevistas em grupo: o primeiro grupo composto por quatro alunas que estudaram nos anos de 1947 a 1949; o último grupo composto de três ex-alunas, estudantes no período de 1950 a 1952. Com exceção de uma, todas as entrevistadas exerceram a profissão docente por muitos anos, não somente no município de Campos dos Goytacazes, mas também em outros municípios da região Norte Fluminense.

O que podem informar os exames de admissão? Como tomar esses exames como fontes para história da cultura escolar?

Esse tipo de documento gera a possibilidade de análise de conteúdos curriculares considerados mais significativos, a análise do contexto político refletido nas reformas educacionais e pode possibilitar uma leitura que o cotidiano escolar realiza de uma determinada época histórica. Pode ainda refletir o significado da avaliação em um determinado período e permitir a análise – através das notas – do desempenho dos alunos (GHEMAT/SP, s/d).

Conforme nos disseram algumas entrevistadas, os exames de admissão eram verdadeiros “vestibulares”, provas com alto grau de dificuldade, altamente concorridas, uma vez que participavam não somente os alunos da própria cidade, mas também de outros municípios e até mesmo de outros Estados, fato esse que foi ratificado pelos documentos encontrados no AHLHC.

Para as ex-alunas entrevistadas, passar no exame de admissão e entrar para a Escola Normal já era uma vitória. Em relação aos outros cursos do Liceu, que não tinham exames de admissão, o Normal se destacava, uma vez que muitas alunas consideradas “boas” foram reprovadas no exame. No trecho abaixo, retirado de uma das entrevistas feitas em grupo, fica clara a posição dos alunos quanto ao processo de seleção para a Escola Normal:

N: É, porque enquanto esperava o resultado, algumas se matricularam no Clássico ou no Científico, e acabaram ficando por lá. [...] Tinha muito isso! Eu mesma me matriculei no Clássico, fiz umas aulinhas, até de Grego, depois voltei...

C: É, eu também... (risos) Eu também, lembro do Espanhol...

Entrevistadora: Isso significava que o Normal era mais difícil que o Clássico e o Científico? Teria alguma coisa a ver com isso?

C: Não, o curso não era, mas o Clássico não tinha exame, “vestibular”...

N: Não tinha exame...

MP: Porque o vestibular não era fácil, mesmo. Muitas alunas boas não passaram, não. Não era fácil...

Outro dado fornecido pelas entrevistadas foi em relação às alunas que já estudavam no Liceu e desejavam ir para o Normal. Segundo uma ex-aluna, quem já fosse aluna do Liceu de Humanidades e tivesse média sete nos quatro anos do curso Ginásial, não precisaria fazer o exame de admissão.

Em um dos depoimentos concedidos em grupo, as ex-alunas também mencionaram que existia esse benefício, embora não tenham dado certeza. Encontramos, no Arquivo do ISEPAM, o documento abaixo, redigido por uma aluna, confirmando que os alunos que já estudavam no Liceu e tivessem média acima de sete no curso ginásial não precisavam fazer o exame de admissão:

Lúcia Pinto de Castro, abaixo assina-
 nada, nascida a 25 de outubro de 1934,
 em Campos, E. do Rio de Janeiro, filha de
 Mário Barcellos de Castro e de Maria Isabel
 Barcellos de Castro, residente à rua Con-
 selheiro Otaviano, n.º 92, vem, com respei-
 tosamente, nos termos do item I do artigo
 2.º da Lei n.º 232, de 17.9.1948, requerer a
 V. Excia. isenção dos exames de admissão
 ao Curso Normal, uma vez que, além de
 ter cursado todo o 1.º ciclo neste educandário
 alcançou a média global 8,8 no conjunto
 das médias das séries do referido ciclo.

Nestes termos,
 o deferimento

Figura 1 - Pedido de isenção no exame de admissão

Outro aspecto abordado nas entrevistas foi em relação aos mestres e os saberes. Sobre seus professores as entrevistadas falaram com grande respeito. Pelos seus relatos, pudemos notar que os professores que lecionavam no Curso Normal e no Liceu eram muito exigentes com seus alunos, e suas falas também denunciavam as práticas institucionais com respeito ao ensino das disciplinas escolares.

As alunas recordaram algumas características de seus professores:

L: [...] Não lembro mais o que houve, que ela [professora de Artes]... não sei se faltamos a uma aula dela, não foi?

G: É...

L: Olha que ninguém matava aula, não... [...]

L: Isso nós fizemos... faltar essa aula, olha o que deu! Ela então marcou uma prova e botou o assunto: sombra! Nunca tinha visto nada disso! [...] Então, como a gente ia fazer [...] desenho de um objeto, com sombra? Então ela ia botar um objeto lá em cima da... "coisa", e a gente tinha que desenhar com sombra. Sem ter falado nunca nisso! Aí fomos para prova, todo mundo tirou [nota baixa]... eu não tirei porque mamãe [...] tinha feito desenho, e eu sabia como é que fazia sombra. [...] Mas até a nota minha foi anulada...

A: A gente estava fazendo um desenho e ela chegava, olhava e não gostava, ela pegava e rabiscava...

G: É, menina, era uma coisa horrível! Tinha um medo dela, triste! Era uma aula... a gente ficava doida para passar a aula dela!

Apesar das enormes exigências, alguns professores permitiam certa “liberdade” por parte dos alunos, conversando sobre outros assuntos que não os referentes à disciplina que davam aula e até mesmo aceitando determinadas brincadeiras por parte dos alunos:

N: [...] Otacílio Ramalho...

C: Ai, Jesus! (risos). Nós pintamos muito com ele. Professor de História!

N: História de Campos! [...]

C: Foi aí que nós nos intitulamos - que a história de Campos, não é, começa com os Sete Capitães - e nós éramos sete que andávamos juntas... [...] Ai eu arranjei lá em casa um alfinetezinho com a cabeça amarela. A gravata era azul marinho, então a gente botava aquele alfinetezinho, era o nosso distintivo.

N: Era o distintivo das Sete Capitães! [...] E era na aula dele que nós saíamos da casa de Dilce [irmã de Norma] correndo, de propósito, não é?... (risos) E entrava uma por uma! (risos) “Dá licença, Doutor”. Ai a outra: “Licença, Doutor”. (fazendo uma voz fina).

C: Para ele contar as sete famosas! (risos) Ele era engraçado, não é?

N: Era engraçado! Ele era bonzinho, bonachão, assim... Permitia que a gente fizesse isso! (risos)

MP: Uma baguncinha!

As alunas também narraram, em seus depoimentos, a maneira como se relacionavam com os professores, o aspecto físico e comportamental dos docentes. As entrevistadas mostraram, dessa forma, a maneira própria como lidavam com as situações da escola, construindo uma cultura que não era institucionalizada. Uma das professoras, da disciplina Prática de Ensino, descrita pelas alunas como “magrinha, mulatinha, agitadinha”, foi “alvo” de uma das brincadeiras da turma:

C: [...] Ai, L. (aluna), imitava muito! E Dona L. (a professora) contava mil histórias! Que ela estudou, que ela fez não sei o quê... Ai um dia, L. (aluna) fez uma quadrinha:

Torce o pé, oh L. (professora)

Se a mão já torceu

demaís

Ao tocar

música fina

Que não quis estudar

mais! (muitos risos)

As alunas também expressaram as dificuldades que tiveram em algumas disciplinas:

N: Olha, aqui tem Themis Torres Lima, que era de Música!

MP: Ah, de Música!

C: Música e Canto Orfeônico.
N: Gente muito boa!
C: Tenho saudade!
MG: Deu uma orientação muito boa!
*N: Agora, era exigentíssima... [...] Nós tínhamos que cantar, solfejar...
 Eu e Maria Geny não tínhamos voz nenhuma, tinha que um ficar com Conceição.*
C: E nós tínhamos Teoria, Solfejo e História da Música!
MG: Quase que fui reprovada, de tão desafinada! Chorava na hora...
Entrevistadora: Orfeão, também?
*C: Orfeão! Maria Geny ia estudar: Sol, Sol, Lá, Sol, Sol, Lá, Sol...
 (cantando, terminando como se estivesse chorando) (risos)*
MG: Ai, meu Deus!
(risos)
Entrevistadora: Chorava?
MG: Chorava, porque não conseguia fazer o resto!
C: Não, ela chorou tanto na minha casa, nervosa, que quando chegou na minha vez, que eu fui fazer a prova, comecei a solfejar, comecei a chorar!
(risos)

A análise da legislação do período e de alguns históricos escolares encontrados no banco de dados da pesquisa nos ajudou a desvendar o currículo ministrado na Escola Normal após a Lei Orgânica do Ensino Normal:

Tabela 1 - Disciplinas ministradas na Escola Normal de Campos depois da Lei Orgânica

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série
Português	X	X	X
Matemática	X	X	
Geografia da América	X		
História da América	X		
Física e Química	X		
Anatomia e Fisiologia Humanas	X		
Desenho/Artes Industriais	X	X	X
Música e Canto Orfeônico	X	X	X
Educação Física, Recreação e Jogos	X	X	X
Biologia Educacional		X	
Metodologia do Ensino Primário		X	X
Higiene e Educação Sanitária		X	
Psicologia Educacional e Noções de Estatística		X	X
História do Brasil		X	
Geografia do Brasil		X	
História e Filosofia da Educação			X
Sociologia Educacional			X
Higiene e Puericultura			X
Noções de Agricultura			X
Prática de Ensino			X

Fonte: Elaboração própria

Esse currículo foi ministrado para as normalistas, embora com pequenas modificações, do ano de 1947 até a transferência da escola para o Instituto de Educação, em 1954. Na análise desses documentos, pudemos perceber que o curso implementado pela Escola Normal de Campos foi o curso de segundo ciclo e, embora com algumas modificações, respeitava em grande parte as determinações legais impostas pela legislação promulgada em 2 de janeiro de 1946.

É interessante lembrar que a Escola Normal passou, durante os anos em que esteve junto ao Liceu de Humanidades, por muitas modificações de nome e currículo: já foi Curso de Especialização e Aperfeiçoamento, Escola de Professores, Curso Normal. Já funcionou com cursos de dois, três e quatro anos de duração.

Em período anterior à Lei Orgânica, o curso de formação docente era chamado “Escola de Professores” e possuía duração de dois anos. Somente após esse período é que o curso passou a se chamar “Curso Normal”, em decorrência da Lei Orgânica do Ensino Normal, como já dito anteriormente. Leite (2004, p. 27) relata as disciplinas ministradas pela Escola de Professores: Psicologia Geral e Noções de Estatística; Biologia Geral e Educacional; Problemas Sociais e Econômicos do Estado do Rio de Janeiro; Desenho; Música e Canto Orfeônico; Educação Física, Recreação e Jogos; Noções de Agricultura (1º ano). Sociologia Educacional; Pedagogia e Administração Escolar; Prática de Ensino; Artes Industriais e Domésticas; Música e Canto Orfeônico; Educação Física, Recreação e Jogos; Higiene Escolar e Puericultura (2º ano).

Percebemos, por meio dessa breve comparação, as rápidas mudanças de orientação das políticas educacionais, explicitadas através dos currículos dos cursos de formação de professores. A Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 foi a primeira legislação destinada a centralizar as diretrizes e fixar normas para a implantação desse nível de ensino em todo o território nacional, e ofereceu aos futuros professores um currículo bastante vasto, repleto de disciplinas de caráter mais geral.

No entender de algumas entrevistadas, o conteúdo das disciplinas do Curso Normal era muito afastado da realidade das escolas, sendo o conhecimento que recebiam, muito distanciado da prática e da realidade das crianças a que se destinariam. No entanto, outras acham que os conteúdos mais gerais foram válidos, pois permitiam ao professor ter um conhecimento e capacidade de atuação mais ampliados.

O que fica constatado é que o currículo era vasto, como dito anteriormente, com poucas disciplinas de conteúdo específico, uma vez que as matérias mais gerais prevaleciam no currículo. Pela análise cruzada das entrevistas, históricos escolares e legislação encontrada, as disciplinas específicas eram ministradas somente no terceiro ano do curso, sendo que matérias como Desenho/Artes Industriais, Música e Canto Orfeônico e Educação Física, Recreação e Jogos eram ministradas em todos os anos.

Uma especificidade do Curso Normal oferecido no Liceu de Humanidades foi encontrada em forma de documento no Arquivo do ISEPAM. A Lei nº. 1.870, de 18/4/1953, chamada Lei do Magistério, estabelecia requisitos para o provimento de

cargos no magistério, como nacionalidade brasileira, idade mínima de 18 anos, boa conduta, aptidão para o exercício do magistério, bom estado de saúde, entre outros. Pudemos concluir, ao encontrar no referido Arquivo, um atestado de saúde, que a exigência de “bom estado de saúde” não se restringia apenas ao ingresso no magistério, mas também para o ingresso na Escola Normal do Liceu de Humanidades.



Figura 2 - Atestado de saúde

Esse atestado de saúde pertence a uma das entrevistadas pela nossa equipe de pesquisa, e estava guardado na pasta de documentos pertencentes a essa aluna. Assim, conseguimos, tanto no AHLHC quanto no Arquivo do ISEPAM, o acesso a algumas fontes primárias, que nos ajudaram no esclarecimento de algumas questões.

Essa mesma Lei do Magistério estabelecia, também, que, diplomados por Escola Normal oficial, que houvessem obtido o 1º e 2º lugares no curso teriam direito à nomeação-prêmio, independentemente de concurso para o cargo de professor primário, desde que, além de terem cursado, sem interrupção, o curso normal, em instituição oficial, tivessem alcançado, anualmente, em cada disciplina, a média 90, no mínimo, e não tivessem sofrido penalidade.

Duas das ex-alunas entrevistadas obtiveram nomeação-prêmio. Percebemos, nas falas das estudantes, que as alunas que obtinham essa nomeação alcançavam, perante as outras alunas, um maior respeito e admiração. Mas pelas falas das entrevistadas, pudemos perceber aspectos da cultura local da época, assim como especificidades das vidas e famílias das ex-alunas. Além disso, pudemos ver as falhas e lacunas da memória,

o que faz com que nem sempre as lembranças sejam condizentes com a realidade. Uma delas nos falou sobre o significado da nomeação-prêmio para ela:

L: Eu queria ir para o Rio fazer Psicologia, Psiquiatria. Essas coisas que estavam aparecendo, estavam começando, estavam na moda. [...] Ai mamãe: “Vai fazer Normal” – porque naquela época o Normal era uma garantia. Garantia mesmo, para a classe média. [...] “Mas eu não quero ser professora.” “Mas você vai fazer para ter o diploma. Depois você faz o que você quiser”. Está bom. Fiz o Normal. Naquela época quem tivesse o primeiro lugar, com média oito...

G: Nos três anos.

L: Nos três anos, matéria por matéria...

G: Era. Todas as matérias tinha que tirar oito.

L: Teria a tal nomeação-prêmio. Não precisava ir para a roça, não precisava fazer... como é se chama a prova?

G: Carreira inicial.

L: Carreira inicial, nada disso!

G: Saía nomeada! Já começava em... em março já começava a trabalhar.

L: No Instituto.

G: No IEPAM... no Instituto. Saldanha da Gama.

L: Mamãe: “Se você tivesse que ir para a roça, eu te deixaria ir para o Rio. Mas já que a nomeação é aqui! Vai para o Rio fazer o quê?”. Pronto!

G: Mas não era isso que ela queria. Ela queria ir para o Rio.

Lúcia: E não houve jeito! “Não, que vai ficar sozinha, que não sei o quê...” Que se fosse para a roça, aí bom... mas não veio para a roça, vai trabalhar aqui, mesmo. Pronto, o tal do primeiro lugar serviu para isso. Foi a única coisa que esse primeiro lugar... único resultado que eu tive...

Outro aspecto abordado nas entrevistas foi o prédio do Liceu de Humanidades e sua importância para seus alunos, que ali viveram boa parte de seu tempo. Os relatos dados pelas ex-alunas desse estabelecimento de ensino mostram não somente o grande amor pela escola, mas também a forte identidade do Liceu, que se estendia a todos os seus alunos, fazendo com que surgisse um sentimento de pertencimento àquele lugar. Algumas entrevistadas contaram que, na sua época de estudantes, quem estudava na Escola Normal podia frequentar a pracinha do Liceu nos intervalos de aproximadamente meia hora entre as aulas. Foi daí que tiraram a maior lição do Liceu, como comprovam suas próprias palavras:

C: É, no Normal a gente já tinha direito a ir para a rua, não é? Que no ginásio não tinha...

Entrevistadora: Olha só! No ginásio não podia sair do prédio. No Normal...

C: Já tinha direito a sair...

N: E a grande lição do Liceu, justamente, foi essa: é a liberdade com

responsabilidade! [...] Isso que foi a grande lição do Liceu. Porque nós sabíamos a hora de entrar, direitinho [...].

Segundo as ex-alunas, no Liceu eram todos tratados da mesma forma:

C: O Liceu é a maior lição de democracia que eu já tive! A gente convivia, que eu me lembro, no meu tempo: M. F. P. (aluno) – Doutor F. P. [pai do aluno] era, não é, elite, prefeito – aqueles C. (cita o nome de vários alunos), todo mundo estudava no Liceu. [...] Eram [pessoas] ricas! [...] Os L. C. (família), que moravam no alto do Liceu! Era uma elite daqui de Campos! Tinha uma elite que ia para o colégio até de carro! Mas desceu no Liceu, não tinha nada!

A aluna entrevistada individualmente contou sobre o fato de estar no Liceu apenas por um ano, saindo dali para o Instituto de Educação pouco tempo após sua chegada:

E: Era uma adoração pelo Liceu, não é? Essa paixão todo liceísta [tem], não é? Uma paixão pelo Liceu... Deus me livre se alguém falasse que a gente ia sair do Liceu! Então nós saímos... [...] [E estudar no Liceu] era um motivo de orgulho, eu acho que para todo liceísta...

Frente a essas dificuldades, ela conta as estratégias forjadas pelas alunas para suprir a falta do Liceu:

E: Ai o que a gente fazia? Nos dias que a gente saía cedo, a gente corria para o Liceu. Qualquer coisinha corria para o Liceu. O desfile de Sete de Setembro [...] O Liceu sempre era o último. Nós corríamos para ir ao Liceu e assistir àquela formação que a gente adorava! Hino Nacional, aquela porção de coisa, no Liceu! [...] Em uma até... ela queria, mas eu não achei [uma fotografia]... Uma que nós, na festa caipira... Que nós tiramos [trecho inaudível] Sabe aonde nós tiramos o retrato? Na praça do Liceu! [...] Todo mundo à caipira, papai arranjou carros de boi, nós fomos em dois carros de boi. Eu fui a cavalo, que meu sonho era desfilhar a cavalo...

Entrevistadora: No Liceu?

E:... no Sete de Setembro, mas nunca... [...] Só desfilava homem... Mulher não desfilava a cavalo, não é? Olha que absurdo, não é? Então, não deixavam, mesmo! Mas eu consegui sair a cavalo do Liceu ao Instituto de Educação!

Entrevistadora: Olha só... Que maravilha...

[risos]

Assim, através dos depoimentos dados pelas alunas do Liceu e da Escola Normal, pudemos construir uma imagem dessa Instituição de ensino não somente do ponto de vista institucional, mas também do ponto de vista daquelas que por ali passaram alguns dos belos anos de suas vidas.

Outro aspecto constatado, ao analisar as entrevistas feitas com as alunas do Curso Normal, foi a importância de uma escola pública que ministrasse o ensino normal na região. A Escola Normal de Campos, assim como em outras regiões, era a opção feminina de profissão, uma vez que, na cidade, existiam poucos cursos destinados à atividade feminina. Além disso, sair da cidade para fazer outros cursos requeria boa condição econômica, o que nem sempre ocorria. A limitação social da mulher também era um fator que fazia com que as jovens ficassem em Campos dos Goytacazes e cursassem a Escola Normal, mesmo que não fosse seu desejo. Assim, formou-se um “polo” de ensino normal na região Norte Fluminense, responsável pela formação de professores nessa região.

Indagadas sobre o significado de ser professor, as entrevistadas responderam:

Entrevistadora: O que era ser professor? Por que vocês fizeram Normal? [...]

MG: Porque naquela época...

N: Era a opção quase que... feminina, era ser professor, não é? Tinha poucas opções, aqui em Campos não tinha faculdade... Era mesmo... A profissão de mulher era ser professora.

MP: Era ser professora...

C: Tinha um pouquinho fazendo Instituto Comercial, não é? Algumas faziam Instituto Comercial, que era ali na Alberto Torres. Mas a maioria fazia Escola Normal. Ou casava!

As entrevistadas mostraram grande amor à profissão docente e orgulho de terem estudado em uma Instituição tão respeitada na região, mas também falaram sobre as dificuldades da carreira docente, principalmente para as recém-formadas, que, muitas vezes, tinham que trabalhar em escolas no interior do Estado:

MP: Ah, foi por isso que a turma debandou um bocado! Porque na época todo mundo foi para o interior...

N: Tudo para a roça!

C: Foi! E era assim: você não podia vir assim...

N: Tinha umas que ficavam a semana...

C: Olha, quando minha tia, irmã de Olívia, morreu... eu estava no ginásio, mas Olívia trabalhando em Italva, aqui, não tinha ônibus, não tinha nada. A irmã dela morreu, ela só conseguiu saber uns dias depois!

Entrevistadora: Que é isso!

C: Não tinha telefone, não tinha nada!

N: Era um sacrifício!

C: Ia de trem, aquele expresso, ficava lá!

As alunas, apesar de terem passado por essas dificuldades, reconhecem a importância que as professoras representaram para as comunidades do interior:

C: Mas [...] essa história de trabalhar no interior, o vínculo do professor com a comunidade foi importantíssimo! As professoras, elas eram educadoras! Elas passavam por aquilo ali, ensinavam, conviviam mesmo! Mudavam muito a fisionomia daquele lugarejo onde elas trabalhavam!

N: A professora era respeitada, não é? [...]

C: E ela mesmo tinha uma função muito mais ampla!

N: Função social, mesmo!

Considerações finais

Nossa principal preocupação na realização deste trabalho foi tentar desvendar uma parte da cultura escolar de uma instituição muito respeitada e de grande prestígio na cidade de Campos. A preocupação em dar voz àqueles que viveram ali alguns dos melhores anos de suas vidas, segundo suas próprias palavras, foi extremamente gratificante, pois foi justamente através desses discursos que pudemos perceber o sentido e a importância individual e coletiva dessa Instituição.

É claro que os aspectos referentes à memória não poderiam ser esquecidos. Sabemos o quanto a memória é seletiva e como, muitas vezes, a história oficial das instituições negligencia aspectos importantes para a construção desse patrimônio imaterial. Percebemos a relevância de recompor trajetórias individuais como construção “do que ficou” na memória coletiva dos indivíduos, muito mais do que individual.

O uso das entrevistas como fonte é gratificante, pois pudemos perceber a emoção e alegria das ex-alunas ao falar dos momentos que passaram, das lembranças que trazem, das suas percepções. As pessoas entrevistadas, em seus depoimentos, mostraram grande segurança em relação ao que sentiram e ao que viveram naquela época, muito embora nem sempre tenham demonstrado certezas. Quanto a isso, nos diz Bosi (2003, p. 64) que

a fala emotiva e fragmentada é portadora de significações que nos aproximam da verdade. Aprendemos a amar esse discurso tateante, suas pausas, suas franjas com fios perdidos quase irreparáveis. [...] Ao silêncio do velho seria bom que correspondesse o silêncio do pesquisador. Aprendizagem difícil porque vivemos num moinho de palavras e citações que se apóiam comodamente no discurso ideológico. [...] O silêncio na pesquisa não é uma técnica, é como que o sacrifício do eu na entrevista que pode trazer como recompensa uma iluminação para as ciências humanas como um todo. [...] Lidando continuamente com o esquecimento e a perda, precisamos ter consciência de nossos limites. Qual versão de um fato é verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes dele. Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer

a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a *sua* verdade.

Dessa forma, o estudo da cultura escolar da Escola Normal de Campos por meio desses relatos individuais, imprecisos, incertos, cheios de dúvidas, nos faz perceber o sentido mais intrínseco do que significou a Instituição na vida de cada uma de suas ex-alunas. Percebe-se, também, como se dão as relações com o entorno em que vivem, tanto na cidade de Campos como em todo o país, já que a escola sofre determinações, com frequência, da esfera nacional.

É, dessa maneira, que cremos ter cumprido as exigências desta proposta de trabalho, mesmo não podendo a Escola Normal apresentar fatos “visíveis” ou “perceptíveis” atualmente. Porém, como Instituição que perdura no campo da memória, ela ainda permanece entre aqueles que a estimaram.

Referências

AGUM, Fernanda Serafim. *O Curso Normal do Liceu de Humanidades de Campos: história, memória, imagens (1947-1954)*. Monografia (Graduação) - UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2006.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (Coord). *Usos & abusos da história oral.*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOSI, Ecléa. Sugestões para um jovem pesquisador. In: _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *Revista História Oral – Revista da ABHO*, São Paulo, n.6, jun. 2003.

GHEMAT/SP. *Os Exames de admissão ao ginásio 1931-1969*. CD-ROM. São Paulo, SP, Brasil, (sem data).

LE GOFF, Jacques. Memória. *Enciclopédia Einaudi*, 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LEITE, Kílvia. *Aspectos da “cultura escolar” da Escola de Professores no contexto histórico do Estado Novo*. Relatório (Iniciação Científica) - LEEL, UENF, 2004.

MARTINEZ, Silvia Alícia. *A Escola Normal de Campos: uma trajetória na formação de professores no Norte Fluminense (1894-1954)*. Relatório de Pesquisa - LEEL, UENF, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. A organização do ensino e o contexto sócio-político após 1930. In: _____. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. Os pilares da República. In: _____. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: 1890– 1910*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, maio/jun./jul./ago. 2000.

VILLELA, Heloísa. A Primeira Escola Normal do Brasil. In: Clarice Nunes (Org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.

Artigo recebido em: 12 maio 2011
Aceito para publicação: 25 out. 2011